

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Caio Nogueira Araruna

Papel do lêmén no agitado tabuleiro do Oriente Médio

Orientação: Paula Drumond

Rio de Janeiro

2021.2

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Caio Nogueira Araruna

Papel do Iêmen no agitado tabuleiro do Oriente Médio

Orientação: Paula Drumond

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Rio de Janeiro

Resumo Executivo

Este Policy Paper irá abordar a situação vivida pelo povo iemenita com a guerra civil que o país atravessa e que foi iniciada em 2015. O principal elemento para toda crise vivida no Iêmen se passa pelos grupos que disputam o poder no país, tendo de um lado sunitas e do outro xiita, duas vertentes diferentes do Islã. Essa disputa interna conta também com a participação das duas maiores potências do Oriente Médio, Arábia Saudita e Irã. As duas potências são antigas rivais na busca pela liderança regional e são também antagônicas religiosamente, sendo sauditas sunitas e iranianos xiitas. Esse é o principal elemento para explicar o interesse e o envolvimento dos dois países no pequeno país da península arábica.

A proposta deste Policy Paper é discorrer possíveis medidas que aliviem a crise humanitária e que possam fazer com que os atores envolvidos cheguem a um consenso para que finalmente a paz possa voltar ao Iêmen e a toda sua população.

Palavras-chaves: Iêmen; Crise humanitária; Proxy war; Irã; Arábia Saudita

Sumário

1. Introdução.....	
.....5	
2. Histórico de intervenção.....	10
3. Relação Arábia Saudita X Irã.....	15
4. Guerra do Iêmen.....	22
5. Crise Humanitária.....	27
6. Considerações Finais.....	33
7. Referências Bibliográficas.....	38

1. Introdução

A República Democrática do Iêmen é um país jovem que surgiu após a unificação dos Iêmen do Norte e do Sul em 1990 e que se encontra no Golfo de Áden, principal entrada para o Mar Vermelho. Mesmo sendo o país mais pobre do Oriente Médio (ONU, 2018) possui uma localização privilegiada e de relevância no tabuleiro internacional. Essa localização extraordinária desperta há séculos o interesse de potências mundiais e regionais pelo pequeno país localizado ao sul do Oriente Médio.

Por muitos séculos o Estreito de Bab El-Mandeb, estreito que liga o golfo de Áden ao mar Vermelho, entre o continente africano e o continente asiático (Península Arábica), e que banha os litorais do Iêmen, Eritréia e Djibuti (André Nunes, Paulo Visentin. 2018), desempenhou um papel fundamental no comércio internacional, papel este que aumentou ainda mais com a criação do Canal de Suez na segunda metade do século XIX. Com isso, o Iêmen se tornou ainda mais importante nas rotas comerciais, estimando-se que tenham passado pelo estreito 6,2 milhões de barris por dia de petróleo bruto, condensado e produtos de petróleo refinado em direção à Europa, aos Estados Unidos e à Ásia no ano de 2018 (EIA, 2019).

Mapa 1: Localização da Península Arábica



Fonte: Political (2018)

Os primeiros parágrafos e a imagem presentes neste Policy Brief já nos indicam algumas das condições que fizeram do país da península arábica palco de várias intervenções externas desde o século XVI. A posição do Iêmen é privilegiada pois permite monitorar e controlar entradas e saídas das embarcações que atravessam o estreito de Bab El-Mandeb, estreito este que permite acesso para o mar vermelho e o canal do Suez. Essa rota marítima reduz as distâncias entre Europa, Ásia e África, fazendo com que o território do país ao sul do Oriente Médio seja cobiçado.

A Coroa Portuguesa foi o primeiro grande império europeu que se interessou pela região, dominando o Áden e a entrada para o Mar Vermelho entre 1516 e 1536 (Ellwanger, 2020). Outro grande império a chegar à região foi o Otomano, que se instalou em alguns pontos da costa do Mar Vermelho, na parte setentrional do Iêmen. Os otomanos chegaram ao território iemenita devido a sua política expansionista, que buscava conquistar diversas regiões da Ásia (Ellwanger, 2020). Ademais, o Império Britânico foi mais uma grande potência que se interessou pelo país da península arábica, chegando à região no começo do século XIX e instalando ali um posto da Companhia das Índias Orientais. As diversas regiões que cercavam o Mar Vermelho fizeram com que os ingleses tomassem o controle do Áden e mantivessem um porto na região

(Ellwanger, 2020). Além de portugueses, otomanos e ingleses, mais recentemente árabes e iranianos fazem do país palco de suas disputas por maior influência no Oriente Médio (Ellwanger, 2020).

Como podemos notar, o Iêmen vem sendo alvo de constantes invasões e violações em função da relevância estratégica de seu território. Mais recentemente a soberania nacional do Iêmen voltou a ser desrespeitada após o início de sua guerra civil. O atual conflito começou a ser desenhado nos últimos meses de 2014 quando os Houthis, grupo rebelde que destituiu o governo no Iêmen, conseguiu tomar o poder e se instalou na capital Saná e zonas próximas.

A guerra civil que assola o povo iemenita conta com a marcante presença de Arábia Saudita e Irã, que fazem do Iêmen um verdadeiro palco de atrocidades e crimes contra a humanidade. A rivalidade entre as duas potências do Oriente Médio começou a ficar mais acirrada a partir da Revolução Muçulmana no Irã, em 1979, quando o governo pró-ocidente de Xá Mohammad Reza Pahlavi foi derrubado pelos islâmicos xiitas liderados pelo Aiatolá Rouhollah Khomeini, que proclamaram a Revolução Islâmica (Mello, 2002). A partir desse marco histórico, o Irã se torna a principal referência xiita da região, ocupando o espectro religioso oposto à Arábia Saudita. Além da rivalidade religiosa e da busca pela influência do Golfo Pérsico, os dois países são as duas principais economias da região devido às suas grandes reservas de petróleo (Franco, 2012).

A partir da Primavera Árabe (2010) vários movimentos nacionais tomaram conta da região. No Iêmen, as revoltas contra o governo de Ali Abdullah Saleh o tiraram do cargo, que foi ocupado pelos rebeldes xiitas (Salisbury, 2017). Desde então, a atuação das duas maiores potências do Oriente Médio e de seus apoiadores geram graves consequências ao país. Além de maximizar a instabilidade político-econômica, o conflito acarretou uma crise humanitária sem precedentes ao povo iemenita, que sofre com a fome e a guerra. A perspectiva é que a situação piore em nível alarmante até o final do ano de 2021 e, segundo as Nações Unidas, o Iêmen vive desde 2015 a pior crise

humanitária em todo o planeta (United Nations Yemen, 2021). Até o final de 2020 foram contabilizadas 233 mil mortes, incluindo 133 mil mortes indiretamente ligadas ao conflito, geradas pela fome, ausência de serviços de saúde e de infraestrutura básica. Estima-se que aproximadamente 3 mil crianças morreram apenas em 2020 devido ao conflito e suas consequências (Global Humanitarian Overview, 2021).

Apesar desses dados, o conflito e suas dimensões humanitárias não alcançaram a atenção necessária dos veículos de mídia e da literatura de Relações Internacionais, cujo foco de análise concentra-se em outros casos como Síria, Haiti e Afeganistão. As notícias da crise humanitária iemenita são pouco veiculadas em nosso país por meio da mídia tradicional. Visando avançar os debates e a análise sobre a questão, o presente trabalho tem como objetivo discorrer e discutir o atual conflito no Iêmen, buscando dar ênfase ao papel de atores externos nas dinâmicas de insegurança e violência que afetam o país. Em particular, o Policy Paper analisa o papel de Arábia Saudita e Irã no conflito, seus interesses e sua atuação para a violação da soberania nacional do Iêmen e como eles contribuem para a perpetuação e agravamento do conflito e da crise humanitária no país.

O trabalho será dividido da seguinte forma: A seção um irá discorrer brevemente um contexto geral a respeito da guerra no Iêmen. Dissertando alguns temas como a guerra civil no país, as intervenções históricas na região, os atores externos, a situação humanitária e o objetivo do Policy Paper Brief. A seção dois irá debater as diversas invasões externas ao território iemenita, sobrepondo a quantidade de vezes que o país teve sua soberania desrespeitada por agentes externos. A segunda seção tem como objetivo abordar a rivalidade entre Arábia Saudita e Irã. A terceira seção se concentrará na formação e na atuação de Arábia Saudita e Irã neste conflito e na contribuição para a crise. A quarta seção terá como objetivo uma contextualização da guerra no Iêmen e como ela teve início e se desenvolveu nos últimos anos. A seção cinco se concentrará na crise humanitária vivida pelos iemenitas e das dificuldades em que a ajuda humanitária tem para atuar no território. Por fim, a sexta seção irá trazer recomendações para aliviar a crise humanitária no Iêmen a partir de uma maior ajuda internacional e redução de

mortes diretas e indiretas no conflito.

2. Histórico de Intervenções

A localização geográfica do Iêmen é o principal elemento de sua importância para a região. O país possui uma posição estratégica, já que ao norte faz fronteira com a Arábia Saudita; ao sul é banhado pelo Golfo de Áden e o Mar Arábico; e a oeste é banhado pelo Mar Vermelho. Entre o Golfo de Áden e o Mar Vermelho localiza-se o estreito de Bab El-Mandeb, que separa o continente africano e asiático (Day, 2012). O controle desse estreito tem grande relevância estratégica: junto com o canal de Suez, um caminho que permite a navegação do Mar Mediterrâneo ao Oceano Índico por meio do Mar Vermelho, passando por ali todo o tipo de produtos que se pode pensar, como petróleo, matérias-primas e produtos manufaturados. Por isso, há um interesse histórico na região, que ainda conta com uma grande reserva de petróleo em sua volta.

O território iemenita é bastante acidentado, a região noroeste do território sendo marcada por planaltos montanhosos nos arredores da cidade de Saná. (Etheredge, 2011). Indo para o leste do país, no interior, se encontra deserto de Rub al Khali, que, inclusive, se estende ao Norte e adentra o próprio território da Arábia Saudita essa geografia tornou historicamente difícil a demarcação de fronteira entre os dois territórios, o que aconteceu apenas nos anos 2000, episódio que será aprofundado mais adiante. A metade leste do país, por fim, é caracterizada pela existência de um enorme sistema de cânions, dentro do qual se encontra o fértil e verde Vale Hadramaut, vale que tem agricultura relevante para o país, mas é significativamente menos povoado que a porção ocidental do território. Por ser uma região de difícil acesso, os povos que ali habitavam permaneceram protegidos contra os muitos invasores que ocuparam outras regiões do Iêmen ao longo da História. Mas assim como permaneceram protegidos, também permaneceram isolados do restante dos iemenitas ao longo do tempo (Day, 2012).

Essas características nos fazem entender melhor as invasões no. No século XV, o Iêmen e o Mar Vermelho tornaram-se uma área de disputa entre otomanos, várias potências europeias e egípcios, que buscavam controlar o mercado emergente da região e o comércio tradicional de especiarias que vinham do Oriente pelo Oceano Índico

(Etheredge, 2011). O primeiro grande império a chegar no que viria a se tornar o Iêmen foi o Império Português no século XV. À priori, a Coroa Portuguesa apenas se estabeleceu na região para negociar diretamente com os produtores das especiarias (Subrahmanyam, 2012). A queda dos lucros e a descoberta de novas rotas para o oriente fizeram com que o Império Português perdesse o interesse por boa parte do Oriente, já que agora outros países conseguiam negociar diretamente com os produtores de especiarias ou tinham uma rota alternativa à qual os portugueses controlavam, incluindo o Iêmen.

A partir do século XVIII, houve um desinteresse pela região, pois a rota que contornava a África passou a ser a preferida dos europeus para chegar à Ásia. Essa postura de desinteresse, contudo, modificou-se no século XIX, quando o Império Britânico se interessou pela região. Em 1838, os britânicos tomaram o Áden, localizado entre o Iêmen (no Oriente Médio) e a Somália e o Djibouti (na África) (Anderson Melo, 2020).

O interesse da Grã-Bretanha era a Índia, entretanto os britânicos julgavam importante ter e defender uma pequena colônia no sul da península arábica, já que sua presença no Áden poderia ser uma estação segura situada entre Bombaim, na Índia, e Suez, no Egito (Machry, 2016).

A partir da abertura do Canal de Suez em 1869, o Mar Vermelho voltou a ser a rota preferida de passagem entre a Europa e a Ásia (Fletcher, 2011). A prova da volta do interesse estrangeiro na região se comprova com a invasão otomana, que ocupou o norte do Iêmen buscando dominar as regiões de Saná e Taiz (Kuehn, 2011). Já os britânicos visavam expandir-se ao sul e ao leste de Áden. Britânicos e otomanos também estabeleceram seu domínio especialmente pelo envio de tropas, deixando bastante autonomia às autoridades locais (Chagnollaud e Souiah, 2004).

A presença de dois impérios, ocupando quase o mesmo território, levou a disputas territoriais com o tempo. Isso aconteceu no começo do século XX, em 1904, quando uma comissão especial realizou uma inspeção da área fronteira para elaborar

um tratado que estabeleceria a fronteira entre o norte do Iêmen, otomano, e as possessões britânicas, ao sul do país (Machry, 2016). O tratado foi colocado em prática apenas em 1914, marcando, portanto, o início do período de uma divisão mais explícita no território iemenita e que futuramente faria surgir dois países na região: a República Árabe do Iêmen (norte) e a República Democrática Popular do Iêmen (sul) (Bidwell, 1983).

Figura 1: Os dois Iêmens



Fonte: Stratfor (2016)

Por sua vez, Arábia Saudita e Iêmen também possuíam disputas históricas em relação às suas fronteiras no deserto de Rub Al Khali, maior deserto de areia contíguo do mundo, que abrange a maior parte do terço do sul da Península Arábica e cobre partes da Arábia Saudita, Omã, Emirados Árabes Unidos e Iêmen (Burlot, 1993), o que acarretou alguns conflitos territoriais ao longo do século passado. Em 1932 sauditas e iemenitas do norte disputaram a cidade de Najrã, extremo sul da Arábia Saudita. Essa disputa por território desencadeou a Guerra Saudita-Iemenita, que foi solucionada apenas em 1934 com a assinatura do Tratado de Taif (Al-Ghamdi, 1996), tratado em que a Arábia Saudita exigiu uma trégua por pelo menos 20 anos ao retirar a exigência de abdicação do Imam Yahya. No tratado ficou acordado que os sauditas cederiam Hodeida e a costa iemenita, mas as demais áreas disputadas seriam incorporadas à Arábia Saudita: Jizan, Asir e Najran. Além desse episódio das fronteiras, em 1962 o Iêmen do Norte conviveu com uma violenta guerra civil que se arrastou até os anos 1970 e colocou de um lado os

republicanos, apoiados pelo Egito, e de outro os monárquicos, apoiados pela Arábia Saudita (Coelho, 2015). O outro Estado iemenita entrou em conflito com a Arábia Saudita na Guerra de Al-Wadiah, entre novembro de dezembro de 1969, quando tropas do Iêmen do Sul tentaram tomar a cidade de Al-Wadiah. O confronto chegou ao fim quando forças sauditas retomaram a cidade (Al-Maghafi, 2012). Os eventos supracitados possuem um padrão em comum: foram conflitos territoriais fomentados pela indefinição das fronteiras e pela posição estratégica do país.

Outro episódio entre sauditas e iemenitas ocorreu após a unificação do Iêmen (1990). O Iraque, de Saddam Hussein, invadiu o Kuwait em 1990 na Guerra do Golfo (Finlan, 2003) e em 1991 os países que compunham a reunião do Conselho de Segurança da ONU na época condenaram a conduta iraquiana, mas o Iêmen se absteve em tomar um posicionamento. A consequência para o Iêmen foi a retaliação por parte da Arábia Saudita, que expulsou centenas de iemenitas de seu território. A medida adotada pelos sauditas em expulsar os iemenitas de seu território foi seguida por outros países do Golfo e estima-se que 800 mil iemenitas voltaram ao seu país de origem (Halliday, 1995). Outra medida tomada pelo governo saudita foi interromper o auxílio financeiro que prestava ao Iêmen, algo novamente seguido por outros países árabes (Etheredge, 2011). Com isso, o Produto Interno Bruto (PIB) do Iêmen despencou, as taxas de desemprego e a inflação aumentaram drasticamente, assim como o seu déficit orçamentário, o que acarretou na alta do desemprego e da inflação. Ainda, piorando a situação, o Iêmen teve que lidar com o isolamento diplomático (Dresch 2000).

Contudo, nem só de conflitos era composta a relação entre Arábia Saudita e Iêmen. Anteriormente, nos anos 1970, sauditas e iemenitas do norte tinham relações próximas tanto na questão econômica quanto na questão política. O governo Ali Abdullah Saleh foi o principal responsável pela aproximação entre os dois países. Nos anos 1970 Ali A. Saleh era presidente do Iêmen do Norte e também viria a ser o primeiro presidente da República do Iêmen - e mais uma vez foi responsável pela reaproximação diplomática entre os dois países após as desavenças dos anos 1990. Além

de Saleh, seu sucessor Abd Rabbuh Mansur al-Hadi também manteve boas e estreitas relações com a monarquia saudita.

3. Relação Arábia Saudita X Irã

O Reino da Arábia Saudita e a República Islâmica do Irã disputam a influência e a liderança no Golfo Pérsico. Essa disputa pelo domínio regional é de longa data, mas se tornou mais significativa após a Primavera Árabe, evento marcado por uma série de manifestações populares em todo o Oriente Médio que tiveram início ao fim de 2010 (Grumet, 2015). A rivalidade entre os dois países é estimulada por questões políticas, religiosas e identitárias, que são capitalizadas por Riad e Teerã (Ceriolo, 2018). No Iêmen, os sauditas apoiam a restauração do governo de Hadi, enquanto os iranianos apoiam os manifestantes que se colocam contra o governo (Milani, 2015). Arábia Saudita e Irã mantêm esse tipo de posicionamento em outros conflitos do Oriente Médio, como no Bahrein (Joyce, 2012). Os sauditas, sunitas, defendem a manutenção mais pacifista, enquanto iranianos, xiitas, defendem a expansão desta vertente do Islã, mais radical e que tem um pensamento mais revolucionário, como a própria Revolução Iraniana em 1979 que buscou destituir o governo de Xá Reza Pahlevi, visto como fraco, corrupto e vendido aos interesses americanos pela maior parte das lideranças religiosas do Irã, incluindo o Imã Khomeini (Mabon, 2019).

Evidencia-se, assim, que a religião possui grande importância na balança de poder do Oriente Médio. Arábia Saudita e Irã encontram-se em espectros religiosos opostos, possuindo interesses distintos na Guerra do Iêmen (Lee, 2014). Sauditas veem com atenção a movimentação no Iêmen, principalmente após os Houthis, grupo xiita que tomou o poder no Iêmen, aumentarem sua influência no país vizinho (Darwich, 2019). Outra preocupação para Riad é que um país vizinho possa se tornar um aliado muito próximo do Irã. Por outro lado, os iranianos enxergam com bons olhos ter um aliado próximo aos sauditas. Esses fatores, aliados à localização privilegiada do Iêmen, fazem com que o pequeno país do sul da Península Arábica desempenhe um papel fundamental no turbulento tabuleiro geopolítico da região.

Para melhor compreender as tensões religiosas locais, é importante dar um passo atrás e observar que existem múltiplas segmentações de pensamento que tornam o Islã

ramificado. O começo da desavença se inicia a partir de uma questão política: alguns segmentos acreditavam que a liderança do povo muçulmano cabia a um consenso entre todos (sunitas), enquanto outros identificavam a família do Profeta Maomé como a única herdeira dos poderes e direitos governamentais (xiitas) (Kwan e Yu, 2019). Dessa forma, iniciaram-se, então, as conhecidas divisões do Islamismo. Entender essas divisões do islã e a forma como a religião se desenvolveu dentro do país ajuda a explicar o conflito e a guerra civil que ocorre no Iêmen.

Manifestantes adeptos ao xiismo tomaram o poder de Saná em 20 de janeiro de 2015. Esse grupo destituiu o presidente Abd-Rabbu Mansour Hadi e dissolveu o parlamento, criando um conselho revolucionário para comandar o país interinamente. Os xiitas, vertente radical do Islã, buscam uma revolução no país e contam com o Irã como principal aliado nesta causa. A Primavera Árabe foi importante neste processo, pois, graças ao movimento, boa parte da população se revoltou, protestou, lutou e derrubou governos ditatoriais em alguns países do mundo árabe. Isto permitiu que outros grupos pudessem entrar na disputa pelo poder nesses países - no Iêmen os xiitas e a Al-Qaeda buscam este objetivo. O Irã é o principal apoiador do grupo xiita que busca se efetivar no controle do país, já os sauditas tentam restabelecer o governo de Hadi, por ser alinhado politicamente aos seus interesses (Al Dosari e George, 2020).

A religião também influencia a política externa de ambos os países, que se apresentam internacionalmente como um protetor do Islã (Nonnemen, 2005). Teerã e Riad seguem duas vertentes diferentes do islã, como já explicitado anteriormente, e essa diferença é o principal motivo para a rivalidade entre as potências. Segundo Aiatolá Khomeini, líder da Revolução Iraniana em 1979, o Islã é fundamentalmente político e é, em suas palavras, “a salvação da humanidade” (Ehteshami e Zweiri, 2008). Para Khomeini, uma república islâmica como o Irã deveria se comportar como um grande líder da religião para toda a comunidade muçulmana do mundo. Segundo Altorafi (2012), Khomeini assumiu com convicção o papel de líder espiritual para todos os muçulmanos, indicando que o Irã tinha de exercer a responsabilidade transnacional com

os outros povos islâmicos, isto é, para ele o Irã tinha o dever de denunciar os líderes que não seguiam o caminho indicado pela religião.

Assim, o Irã passou a se autorretratar como um líder religioso para outros países, um protetor de todos os islâmicos e um pregador do Islã político no sistema internacional (Ehteshami e Zweiri, 2008). Khomeini acreditava que a revolução islâmica deveria ser, sempre que possível, exportada para os outros países muçulmanos, visando o desmonte de qualquer regime considerado não representativo de seu povo. Em prol da difusão do Islã político, na qual não haveria outra opção “a não ser destruir aqueles sistemas que são corruptos e destronar todos os regimes opressivos e criminais”, Khomeini queria que o país assumisse uma “missão islamizadora” (Takeyh, 2009).

O interesse em exportar a revolução visa a derrubada das monarquias do Golfo, por serem sistemas bastante antagônicos ao que o Irã, após a Revolução Iraniana, considera ideal. Em um plano maior, os ideais revolucionários deveriam se espalhar por toda a Ásia e África, ou por onde houvesse grupos islâmicos motivados a alterar seus governos corruptos, opressivos e criminais (Altorai, 2012). Com o Irã assumindo o papel de porta-voz do Islã, tensões com outros atores influentes no Oriente Médio foram geradas ao passo que o país ganhou a simpatia e o apoio de certos grupos que buscam alteração do status quo regional (Ehteshami e Hinnebusch, 2002).

Esse papel assumido pelos iranianos causou desentendimentos com a Arábia Saudita, principal país sunita na região. Para o Irã, Riad não poderia assumir esse papel porque reproduz uma vertente islâmica radical, o wahabismo, que subjuga os seus próprios nacionais de religião xiita e condena outras vertentes muçulmanas (Al-Dakhil, 2009). Por essas visões diferentes a respeito do Islã, o Hajj, peregrinação realizada em direção a cidade santa de Meca, se tornou uma tensão a mais. A Arábia Saudita culpa o Irã de estar incentivando sua população a fazer propaganda revolucionária durante a peregrinação, havendo assim muitos desentendimentos entre peregrinos iranianos e sauditas nos primeiros anos após a Revolução de 1979 (Amiri; Samsu; Fereidoni, 2011). Por outro lado, os iranianos acusam os sauditas de não conseguirem supervisionar e

prover segurança durante o evento, o que acarretou desastres e tumultos ao longo dos anos (Furtig, 2002). Recentemente, no Hajj de 2015, um guindaste caiu em Meca, matando cerca de 400 pessoas. Depois, durante um ritual de apedrejamento, uma confusão gerou um descontrole no qual cerca de 2.000 peregrinos morreram, muitos sendo pisoteados na confusão (BBC, 2015). Os iranianos acusaram o governo saudita pela grande tragédia ocorrida no Hajj em 2015. O Irã afirmou que o investimento em infraestrutura feito pelo governo saudita não foi suficiente para o evento e, logo, os sauditas não seriam capazes de conduzir o evento apropriadamente (BBC, 2016). O Irã também cogitou a possibilidade de que os eventos nas cidades sagradas não fossem mais organizados e controlados pela Arábia Saudita, mas sim por uma comunidade islâmica internacional (Al Mukhtar e Watkins, 2016). Dessa forma, o Irã julga que Riad não tem capacidades de assumir um papel de liderança diante ao povo islâmico, posição a qual o Irã ambiciona.

Um dos principais argumentos da Arábia Saudita para sustentar o papel de líder regional é o fato do país ser o lar de duas das três cidades sagradas do Islã: Medina e Meca, essa última sendo onde ocorrem as peregrinações Hajj. Em 1986, o rei Abdul Aziz substituiu o título “Sua Majestade” por “Guardião das Duas Mesquitas Sagradas”, o que adicionou mais uma camada religiosa ao poder monárquico (Dam, 2007). Na narrativa oficial do regime, muitos líderes afirmam que o rei recebeu um papel divino para proteger os lugares sagrados do Islã e a missão de espalhar a mensagem do profeta Maomé para o resto do mundo árabe (Altoraifi, 2012.). O wahabismo determinou um caráter conservador à política externa do país e encontrou na religião uma ferramenta ideológica importante para fazer frente ao comunismo, a Israel, ao arabismo secular e também ao islamismo revolucionário que emergiu com a Revolução Iraniana em 1979 (Abir, 1993).

Desde 1950, Riad sustenta o papel de líder regional pan-islâmico conservador, isto é, que se mostra como protetor de todos os islâmicos desde que não apresentem características revolucionárias ou reformistas que possam desestabilizar a ordem (Kramer, 2008). Na questão do arabismo, por exemplo, os sauditas passaram a apoiar e

dar assistência financeira a países e a grupos que resistiam à expansão do nasserismo, como o Iêmen e a Irmandade Muçulmana (Al-Rasheed, 2010).

Assim como o Irã, a Arábia Saudita projeta um papel de líder regional e recorre à narrativa histórica do país e de sua monarquia para justificar tal liderança. A noção de que a maior e mais antiga monarquia sunita deveria ser naturalmente o país hegemônico regional é fortalecida pelo papel de defensor da fé projetado por Riad, utilizando-se de uma narrativa que retrata os árabes como os protetores de duas cidades sagradas do Islã. Este artifício foi utilizado por vários líderes de Riad para consolidar sua presença na região (Al-Rasheed, 2013).

O Rei Faysal destacava as credenciais islâmicas de seu país para controlar a expansão de outros *players* na região, como o nasserismo egípcio e o Islã político iraniano, mas também com o interesse de expandir a sua própria atuação regional (Beling, 2019). Valendo-se de seu crescente capital financeiro e do papel de guardião das cidades sagradas, Riad garantiu sua presença no imaginário dos muçulmanos, enfatizando que seu papel de liderança regional traria unidade e proteção diante dos mais diversos tipos de ameaça (Al-Rasheed, 2013).

A principal forma de articulação foi a “diplomacia do Rial”, na qual Riad fazia grandes investimentos na economia e no desenvolvimento de países árabes mais pobres em troca de alianças políticas e da garantia de que um Islã conservador seria propagado (Nonnemen, 2005). É possível afirmar que os sauditas utilizam sua autoridade religiosa frente à comunidade muçulmana quanto a seus vastos recursos econômicos advindos do comércio de petróleo como ferramenta diplomática (Bashir e Wright, 1992).

A liderança regional para Riad é também um método de proteger seu regime de influências externas, assegurando a legitimidade de seu aparato político e de todo o sistema monárquico dominante no Golfo (Al-Rasheed, 2011). Para além do Golfo, Riad tenta assumir um papel de liderança entre os países árabes moderados, como o Egito, a Jordânia e o Marrocos, fazendo oposição direta ao bloco radical do Oriente Médio, concentrado na aliança entre Irã, Síria e grupos não-estatais (Al-Rasheed, 2011). Papel

este que pode ser percebido nas tentativas do país de cooperar na resolução do conflito árabe-israelense (Abadi, 2019).

Contudo, após a derrubada do governo sunita iraquiano, Riad passou a ter esse papel contestado diretamente por Teerã, como já explicitado nesta seção. O confronto proxy entre Riad e Teerã passou a ser comum em outras regiões após o Iraque. Bahrein e Iêmen são exemplos claros do embate entre sauditas e iranianos que possuem duas visões diferentes de ordem regional e que competem entre si pela liderança e influência da região (Hernández-Martínez, 2021).

A Arábia Saudita se consolidou como um regime conservador, aliado do Ocidente e contrário à expansão de quaisquer ideologias que se opusessem ao seu sistema ou que questionassem a ordem regional vigente. A dinastia Saud concebeu um papel nacional para o país de manter o status regional, atuando dentro do Oriente Médio e, principalmente, no Golfo como um agente anti-instabilidade. A partir das décadas de 1960 e 1970, o rei Faysal determinou que a política externa saudita se organizasse sobre quatro pilares: conservadorismo, islamismo, anticomunismo e antissionismo, esses dois últimos considerados pelo rei como fontes de instabilidade regional (Altoraifi, 2012). Os sauditas perceberam que a proximidade com o Ocidente e a manutenção de um sistema favorável aos interesses do mercado petrolífero eram essenciais para sua segurança (Wyanbrant, 2004).

Já o Irã optou por uma proposta expansionista, tendo uma política anti-imperialista e suas parcerias ilustram os posicionamentos políticos adotados pelos iranianos. Enquanto vemos uma relação mais estreita entre Riad-Washington, a relação Teerã-Washington é completamente turbulenta e com diversas divergências (Ahmadian, 2019). Além disso, a responsabilidade prescrita por Khomeini após a Revolução de 1979 faz com que o Irã busque assumir um papel de liderança, do qual a Arábia Saudita se diz detentora.

Além das questões religiosas, os dois países são os mais influentes economicamente na região do Golfo Pérsico. Juntos possuem uma reserva de 20% do

petróleo que conhecemos no mundo, o que explica a força econômica dos dois países (Costa, 2018). Arábia Saudita e Irã também são responsáveis por intervenções externas em outras nações como Egito, Bahrein, Síria, Iraque, Líbano e o próprio Iêmen. Os sauditas buscam a estabilidade e a manutenção dos governos com proximidade a Riad. Já o Irã busca fortalecer e apoiar os movimentos dos rebeldes xiitas, buscando assumir o papel de líder e principal apoiador das revoluções islâmicas para a comunidade islâmica (Cherem, 2019).

A *proxy war* entre Riad e Teerã faz com que o pequeno país ao sul do Oriente Médio e sua população atravessem uma das piores crises humanitárias da história (ONU 2015), pois fazem do Iêmen um palco de seu conflito armado. E seja de forma direta, bombardeando as cidades iemenitas, ou indireta, financiando armas para grupos que disputam o poder do país, os prejuízos humanitários já são alarmantes e devem ter a atenção necessária da comunidade internacional para uma solução com o objetivo de por fim à guerra e aos crimes que estão sendo cometidos contra o povo iemenita.

4. Guerra no Iêmen

A Primavera Árabe caracterizou-se como uma onda de protestos que eclodiram a partir de 2010, iniciando-se na Tunísia (Visentini, 2014). Pode-se identificar uma crise geral, tendo diferenças de um país para o outro, de acordo com sua realidade e motivação. Assim, formaram-se bases de contestação em direção à democracia, baseadas em liberdade, igualdade e laicidade, que levaram à manifestação contrária aos regimes vigentes na maioria do mundo árabe (Roche, 2012). Outro fator que contribuiu para o movimento da Primavera Árabe foi a crise econômica, que elevou as taxas de desemprego e o alto custo dos alimentos, fazendo com que a população fosse às ruas pedir melhores condições de vida (Melo, 2018). O principal responsável pela mudança de pensamento dessas sociedades árabes foi a modernização social e educacional de seus países. A alfabetização e a globalização resultaram em convulsões sociais contra a ordem estabelecida. Por meio da formação da juventude, mais conectada com o resto do mundo, buscava-se o afastamento do conservadorismo de raízes sunitas, que controlava as regras da sociedade. Passava-se a lutar pela instauração de regimes laicos, que respeitassem a diversidade e as complexidades das diferentes opiniões (Dalacoura, 2012).

Dentre os muitos países do mundo árabe, o Iêmen foi mais um a ter sua população aderindo à Primavera Árabe. A onda de protestos e revoltas derrubou o governo de Ali Abdullah Saleh. Mas o caso iemenita possui um alento, já que em 1994 o país entrou em uma guerra civil. Essa guerra deixou consequências sentidas até hoje e responsáveis pelo atual conflito.

Em 2011 a Primavera Árabe encontrou no Iêmen um contexto pós-guerra civil entre o norte e o sul do país, no qual rebeldes Zaydi (uma denominação xiita que comporta pouco menos que 50% da população do Iêmen) lutam contra o regime do Estado – visto por eles como favorecendo aos sunitas (Schicchet, 2011, n.p).

Ali Abdullah Saleh desde 1990 era presidente da República do Iêmen, ano da unificação entre Iêmen do Norte e Iêmen do Sul. O governo de Saleh buscou estabilizar

o país por meio de conexões entre o governo central, as tradicionais famílias e grupos do norte; e poder coercitivo, através da repressão dos movimentos separatistas no sul e das insurgências Houthis (RIPE, 2017, p, 22-23).

Os sauditas, desde o início do governo Saleh, tinham o interesse na conservação desse regime para preservar seus vínculos e ao mesmo tempo conter a influência iraniana. Além disso, os americanos tinham interesse na situação do governo iemenita, inclusive para manter seguras as rotas e linhas marítimas de comunicação por onde passam navios petroleiros, tão importantes para os estadunidenses, no estreito de Bab-el-Mandeb (Bandeira, 2013).

Como foi destacado na passagem de Leonardo Schiocchet (2011), a situação do Iêmen descende de vários conflitos históricos e religiosidades distintas. A primeira década do século XXI foi conturbada, atravessando uma profunda crise econômica, lutando para combater a corrupção, o desemprego (que atingia 35% da população) e a pobreza (45% da população), de modo que o Iêmen configurava-se como o país mais pobre entre os árabes (ONU, 2015; Britannica, 2011; Prashad, 2012; Ajami, 2012; Bandeira, 2014).

No Iêmen, os levantes populares se impulsionaram em 2011, sendo inicialmente pacíficos. Entretanto, a repressão imposta pelo presidente Ali Abdullah Saleh, levou à morte de dezenas de manifestantes que clamavam por democracia e condenavam a corrupção do governo. A repressão garantiu a estabilidade do governo, mas a coerção de Saleh mesclou o ideal revolucionário dos manifestantes (RIPE, 2017).

Grupos tribais e desertores do exército se uniram à oposição desencadeando uma onda de violência no país, exigindo a renúncia de Saleh. Após um atentado que atingiu o palácio do governo, o presidente deixou o cargo, ferido, exilando-se para tratamento e passando o poder para as mãos do vice-presidente, Rabbuh Mansur al-Hadi (SERR, 2018).

O vice-presidente fez-se responsável pela transição democrática no país, buscada através das eleições de 2012 - das quais sendo o único candidato tornou-se vitorioso (Agência EFE, 2012). Nos primeiros anos de mandato o então presidente, impopular e desconhecido pelos iemenitas, buscou conciliar os interesses regionais do país e expor ao mundo a força da Al-Qaeda dentro de seu território (RIPE, 2017).

De modo a garantir um debate mais abrangente entre as partes, o presidente eleito apontou um comitê para discutir, entre 2014 e 2015, uma proposta de divisão federalista no país (Salisbury, 2014). No dia 10 de fevereiro de 2015 essa proposta entrou em votação. Foi proposta uma divisão em seis regiões, duas no sul e quatro no norte, enquanto as cidades de Adén e Saná seriam autogovernadas, cada uma sendo um distrito federal separado. Entretanto, a divisão desagradou os movimentos de oposição que não se mostraram satisfeitos para os setores do sul, insatisfeitos com a garantia superficial de autonomia. A proposta tampouco agradou os setores do norte, indispostos a deixarem as reservas de petróleo e gás natural sob controle de suas contrapartes (Reis et al, 2015).

O al-Hirak, grupo separatista localizado no sul do Iêmen e nascido como oposição ao governo Saleh em 2007, considerou uma tentativa de enfraquecer as suas ambições de independência com a divisão proposta pelo governo central (Juneau, 2013). Já os Houthis, grupo de seguidores de uma das vertentes do Islã xiita do norte e que é apoiada pelo Irã, alegaram que a divisão federativa deixaria a maior parte das reservas de petróleo e gás natural para o sul (Juneau, 2015). As regiões com maior potencial petrolífero de fato haviam ficado concentradas em apenas duas regiões federativas. Os acordos, portanto, fracassaram, e serviram para intensificar ainda mais as tensões entre os grupos insurgentes que, desde o período Saleh, não se sentiam representados pelas políticas do governo central (Zimmerman, 2014).

Com as dificuldades de se chegar a um acordo, os Houthis avançaram sobre a capital a fim de derrubar o governo central e, assim, tomar o poder (Thiel, 2015). Al-Hadi organizou as forças armadas do país para a defesa nacional, contando com o

apoio estratégico e material da Arábia Saudita e dos EUA (Thiel, 2015). Mas as milícias Houthis derrotaram as forças do governo na capital e tomaram o palácio presidencial em Saná no dia 22 de janeiro de 2015 (Al Batati, 2015). O presidente Al-Hadi e o primeiro-ministro renunciaram, fazendo um acordo com os Houthis em que se garantia a realização de mudanças constitucionais por eles desejadas e uma maior participação nas instituições estatais (Salisbury, 2014). No mês seguinte, os Houthis dissolveram o parlamento e estabeleceram um governo interino composto por cinco membros (CNN, 2015). Al-Hadi fugiu para Adén, de onde afirmou sua legitimidade como verdadeiro presidente do Iêmen e seu compromisso com o povo iemenita (Al Batati, 2015; The Economist, 2015; Guéhenno; 2015). Tais ações tiveram impacto em março de 2015, quando os Houthis começaram a avançar em direção a Adén e passaram a ser apoiados por forças dissidentes do exército que eram leais a Saleh. Entretanto, é importante salientar que grupos leais a Saleh apoiavam a insurgência para desestabilizar o domínio de Hadi, e não necessariamente buscavam apoiar a causa do grupo Houthis.

Pela proximidade geográfica e ideológica, os sauditas forjaram laços com os chefes de famílias importantes do Iêmen e que se puseram ao lado do presidente eleito, Hadi. Mas posteriormente veio a conduzir uma intervenção militar no país, a Operation Decisive Storm, que tinha como finalidade auxiliar o presidente a retomar o terreno perdido (IISS, 2016). Essa intervenção militar colocou no Iêmen diversos tipos de armas em seu território, indo de armamentos leves até tanques de guerra e mísseis de defesa costeira, alimentando o cenário caótico existente (Reis et al, 2015; Ihs Jane's, 2015). Para o autor W. Andrew Terril (2004) o apoio iraniano ao grupo rebelde dos Houthis é evidente. Na visão dos demais atores envolvidos no conflito, também é possível que o Irã esteja fornecendo armas para o grupo Houthis e que isto se deve ao fato de o país não ter abandonado seu objetivo de expandir a Revolução Islâmica (Juneau, 2013). A própria ONU já divulgou um relatório em que confirma a atuação iraniana no Iêmen desde o ano de 2009 (SERR, 2017).

A nova situação no Iêmen apresenta uma série de novos desafios à permanência do Estado. É possível afirmar que, mais uma vez, a República do Iêmen encontra-se

dividida, pois de um lado do conflito encontram-se os Houthis, apoiados por forças dissidentes do exército, avançando cada vez mais sobre cidades ao sul. Do outro estão as forças do governo Hadi, recebendo apoio da coalizão militar liderada pela Arábia Saudita, que tenta recuperar as cidades sob controle Houthis (Hokayen; Roberts, 2016). E ainda existem as forças separatistas do sul do Iêmen, reunidas sob o Al Hirak, que, apesar de descontentes com o governo, sentem-se ainda menos representadas pelo avanço da insurgência do Norte (Juneau, 2013).

Toda essa instabilidade fortaleceu a al-Qaeda na Península Arábica, cujas ações acabaram sendo ignoradas momentaneamente pelo governo, o que permitiu ao Estado Islâmico, em 2015, além do Afeganistão, anunciar ter estabelecido uma base também no Iêmen (Graeff, 2016). Atualmente, o Estado iemenita perdeu o controle de significativas porções do território para os Houthis, afinal as regiões ao norte que são dominadas pelo grupo, embora sejam geograficamente menores que as regiões sob controle do governo, são algumas das regiões mais populosas do Iêmen (Hokayen; Roberts, 2016). Já as Forças Armadas, assim como o território, também se encontravam fragmentadas em dois grupos. Um grupo que seguia leal ao presidente Hadi e, em contrapartida, outro grupo que defendia o retorno do ex-presidente Saleh, que acabou morto em dezembro de 2017 quando tentava deixar a capital Saná. o ex-presidente foi alvo de ataques dos Houthis (European Council Of Foreign Relations, 2018).

O conflito no Iêmen não produz significativos fluxos de refugiados para fora do país, já que a sua população é extremamente pobre. Mas a guerra já causou um grande número de pessoas internamente deslocadas e a população iemenita sofre com a falta de recursos básicos como água e comida, dependendo dos grupos que dominam cada região para obtê-los (Machry, P. G. 2016).

5. Crise Humanitária

Esta seção tem como objetivo analisar a crise humanitária no Iêmen, que sofre há cinco anos com a Guerra. Serão levantados 3 pontos importantes: a quantidade de mortos, a insegurança alimentar pelos que ainda estão vivos e como a população tenta sobreviver no meio disso tudo. Outro ponto importante será como a comunidade internacional tenta cooperar a partir da ajuda humanitária que chega ao mais instável país do Oriente Médio.

Como comentado no início do presente trabalho, segundo as Nações Unidas, o Iêmen vive desde 2015 a pior crise humanitária em todo o planeta (United Nations Yemen, 2021). Até o final de 2020 foram contabilizadas 233 mil mortes, incluindo 133 mil mortes não diretamente ligadas ao conflito (como por falta de comida, serviços de saúde e de infraestrutura). Infelizmente, 3 mil crianças morreram apenas em 2020 devido ao conflito e suas consequências (Global Humanitarian Overview, 2021).

Dentro do número total de mortes destacado acima estão aquelas provocadas pelos bombardeios sauditas. A Arábia Saudita vem sucessivamente bombardeando regiões do território iemenita em busca de eliminar seus inimigos, contudo, esses ataques já provocaram diversas mortes de civis ao longo dos últimos quase 6 anos. De acordo com o Yemen Data Project (2021), 8.772 civis foram mortos e 9.841 ficaram feridos nos mais de 23.093 ataques aéreos realizados desde a primeira ofensiva no país em março de 2015.

A partir do número de mortes indiretamente relacionadas ao conflito, é possível perceber que a Coalizão Saudita não está preocupada apenas em acertar alvos militares dos rebeldes Houthis. Do total de mais de 23 mil ataques aéreos, 7.502 foram contra alvos militares, 6.683 contra alvos não-militares e 8.908 contra alvos desconhecidos (Yemen Data Project, 2021). Assim, constata-se que o objetivo da Arábia Saudita é enfraquecer cidades comandadas por seus rivais, cometendo graves violações aos direitos humanos (Rauber, 2018).

A situação humanitária é ainda mais catastrófica pelos demais efeitos da guerra civil. A parcela da população que não morreu por consequências diretas ou indiretas da guerra teve de abandonar suas casas e precisa de ajuda humanitária para sobreviver. Segundo a ACNUR, até 2020 o número de deslocados internos era de 4 milhões (UN Refugee Agency, 2020). A situação fica mais alarmante quando se nota que de um total de quase 30 milhões de pessoas, mais de 24 milhões – 80 por cento da população – precisam de ajuda humanitária. O ponto mais alarmante é saber que deste número 12 milhões são crianças (UNICEF, 2021).

Estima-se ainda que, em função do conflito, mais de 22 milhões de pessoas precisam de assistência humanitária. A população iemenita necessita de assistência médica e médico-humanitária, assistência de água, suprimentos e saneamento e promoção de saúde. A ONU estima que mais de 8 milhões de iemenitas devem sofrer com a fome (Nações Unidas, 2018).

Mark Lowcock, subsecretário-geral para Assuntos Humanitários e Coordenador de Assistência de Emergência, ratificou que há muito tempo ele vem alertando o Conselho da ONU sobre a situação dos iemenitas. O subsecretário, em reunião aberta sobre conflito e insegurança alimentar realizada em dezembro de 2020, alertou que o Iêmen está caminhando para uma fome massiva. Mark Lowcock ainda expressou sua frustração com o fato de ter sido arrecadado apenas US\$1,7 bilhões, valor considerado menor que a metade do que as agências de ajuda precisam para cumprir o plano de resposta humanitária do Iêmen em 2021. Muitos doadores reduziram suas promessas em comparação com os anos anteriores. “Isso significa que não temos dinheiro suficiente para acabar com a fome”, disse o subsecretário (United Nations, 2021, n.p).

Além disso, há o enfrentamento de grupos beligerantes liderados pela AQPA, sendo difícil de distingui-los dos grupos familiares sunitas locais com poder (The Soufan Center, 2018). Algo comum, por exemplo, é o uso indiscriminado de bombas contra alvos rurais com o objetivo desalojar a população (Rauber et al, 2018). Tal desalojamento acaba por enfraquecer a estrutura econômica do país, gerando muitos

deslocados internos e potencializando a crise humanitária. Estima-se que haja atualmente cerca de 150 mil deslocados, além de uma população que sofre com a falta de comida, água e remédios adequados. Estima-se ainda que mais 3 mil pessoas tenham sido presas por supostamente apoiar os Houthis (Salmoni; Loidolt; Wells, 2010).

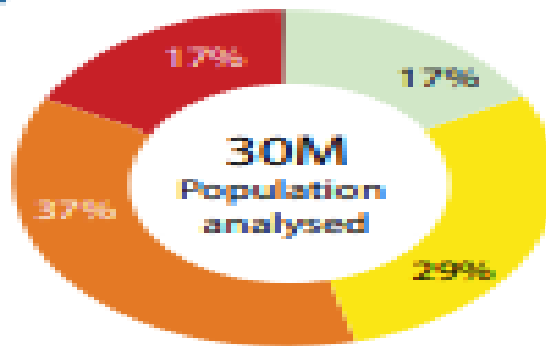
Enquanto isso, as perdas humanas são obscurecidas diante do cenário desajustado do Iêmen. A pobreza da região em meio à guerra civil aparenta ser ainda mais profunda do que em outros países da MENA³⁰ e o sentimento de injustiça é aproveitado por grupos extremistas que conseguem consolidar o processo de recrutamento, gerando um ambiente instável e inapropriado para se viver. Diante disso, a ONU pediu para que cessassem todos os ataques aéreos e terrestres sob alegação de que ambulâncias e equipes médicas não conseguiam ter acesso aos feridos. Para piorar os saudosas impedem a chegada de alimentos e os efeitos colaterais dessa medida de bloqueio são as diversas vítimas mortais, muitas delas crianças iemenitas (ONU, 2017).

O índice IPC mostra o quão grave é a situação da segurança alimentar no Iêmen, através de um conjunto de ferramentas analíticas e processos para analisar e classificar a gravidade de uma situação de segurança alimentar de acordo com os padrões científicos internacionais, é esperado que mais de 16 milhões de iemenitas enfrentem altos níveis de insegurança alimentar (fase 3 em diante), este número era de 13 milhões de pessoas até o final de 2020 (IPC, 2020). Os dados apontam que entre dezembro de 2020 e junho de 2021 aumentou em mais 3 milhões o número de pessoas que poderão sofrer com altos níveis de insegurança alimentar no país (IPC, 2021).

Figura 2: Dados do IPC 2021



IPC classification January to June 2021



Fonte: IPC (2020)

O gráfico acima destrincha os dados informados anteriormente e mostra qual parcela se encontra em cada fase do IPC. 37% da população está na fase 3 (crise aguda de alimentação e subsistência) e 17% se encontra na fase 4 (emergência humanitária). Por outro lado, apenas 17% está na fase 1 (segurança alimentar geral) e 29% na fase 2 (insegurança alimentar moderada/limitada) (IPC, 2020).

Além das mortes ocasionadas diretamente pelo conflito armado e da insegurança alimentar, outros pontos colaboram para a maior crise humanitária que existe no mundo atualmente: desde o começo da guerra o Iêmen já perdeu mais de 90 bilhões de dólares devido ao enfraquecimento de sua economia (United Nations Yemen, 2021) e o rial iemenita alcançou seu patamar mínimo histórico em setembro de 2020 (Global Humanitarian Overview, 2021). Quase metade da população (aproximadamente 18 milhões de pessoas) precisa de assistência para acessar água potável e saneamento básico (OCHA, 2021), além de o sistema de saúde estar com apenas 51% de suas instalações de saúde funcionando em sua capacidade máxima. 35% funcionam com capacidade parcial (WHO, 2021), o que coloca o sistema de saúde iemenita em colapso. A ajuda humanitária, que seria destinada para tentar diminuir os problemas internos do país, é prejudicada por ambos os lados dos conflitos e a partir das graves violações dos direitos humanos e crimes de guerra cometidos. O bombardeio contra alvos civis é um obstáculo enfrentado desde o início do conflito e que dificulta a ação de grupos como os Médicos Sem Fronteiras, por exemplo. Marie Elisabeth Ingres, que coordena as

operações de MSF no Iêmen, afirma que a destruição da pista de Saná dificulta e coloca em risco inúmeras vidas. "Nós não podemos mais continuar parados e assistindo a pessoas tendo que beber água contaminada e crianças morrendo de causas evitáveis" (MSF, 2015, n.p). Segundo dados do Yemen Data Project, 33 hospitais, 22 centros médicos, 9 missões diplomáticas e 245 escolas já foram atingidos pelos ataques aéreos da Coalizão Saudita (Yemen Data Project, 2021).

O outro lado do conflito não pode deixar de receber sua parcela culpa no desenrolar da crise humanitária iemenita. Desde o começo da guerra, os Houthis já utilizaram civis como escudos humanos (Reuters, 2016); sentenciaram e mataram de forma arbitrária jornalistas (UN News, 2020); e recrutaram mais de 1.940 crianças-soldado (Human Rights Reports, 2020).

Uma questão que não é ligada ao conflito, mas que está piorando a situação vivida por milhões de iemenitas é a COVID-19. A pandemia fez com que inúmeros doadores internacionais não enviassem dinheiro para a ajuda humanitária no Iêmen. Segundo dados retirados do mais recente Global Humanitarian Overview apenas 50% dos US\$3,86 bilhões necessários para a ajuda humanitária no ano de 2020 foram de fato enviados ao Iêmen (Global Humanitarian Overview, 2021). A ausência de recursos torna a pandemia mais um agravante para a interminável crise humanitária.

Segundo a Organização Mundial do Comércio, morreram um total de 1.355 iemenitas e foram confirmados 6.892 casos de COVID-19 até junho de 2021 (WHO, 2021). Contudo, como o Iêmen possui um sistema de saúde funcionando de maneira precária e reduzida, estima-se que o número de casos e mortes sejam superiores ao relatado, tendo em vista o baixo índice de testagem e vacinação no país. Até junho deste ano, apenas 0,87% da população iemenita havia recebido pelo menos uma dose da vacina contra a COVID-19 (Our World Data, 2021).

Conforme demonstram os dados acima, a atual guerra civil, que se alastra por seis anos, provocou uma grave crise humanitária e maximizou a instabilidade político-econômica do país. Além da escassa ajuda humanitária, as atrocidades contra civis continuam a ser

cometidas e a perspectiva é que a situação se agrave ainda mais até o final do ano de 2021. Apesar disso, o engajamento da ONU e, em particular, do seu Conselho de Segurança para a resolução do conflito é insuficiente.

Entre 2011, começo da transição entre o governo Saleh para o governo Al-Hadi (Salmutter, 2017), e fevereiro de 2021, o Conselho de Segurança aprovou 17 resoluções sobre o Iêmen. Em todas as resoluções o órgão reafirma: “Its strong commitment to the unity, sovereignty, independence, and territorial integrity of Yemen” (Security Council Report, 2021, n.p.). E reconhece que a situação no país vem se deteriorando de forma significativa ao longo dos últimos dez anos. Esses documentos, afirmam a preocupação das Nações Unidas diante à questão, apelando ao diálogo e reiterando a necessidade de todas as partes envolvidas cumprirem com as suas obrigações relativas aos direitos humanos e ao direito internacional. Apesar disso, não se apresenta medidas e estratégias mais específicas ou se prescreve um engajamento mais direto para resolução do conflito.

Portanto, embora a ONU esteja atenta à situação iemenita, ainda não conseguiu unir a comunidade internacional para a resolução desse conflito, mesmo estabelecendo a situação no Iêmen como a pior crise humanitária na atualidade (United Nations Yemen, 2021). A responsabilidade de proteger é um compromisso político global endossado por todos os países membros da ONU desde 2005, buscando impedir genocídios, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade (United Nations, 2021). Desta maneira, pode-se observar e acreditar que esta responsabilidade de proteger está sendo negligenciada pela ONU e os países que a compõem.

Conclui-se, portanto, que a intervenção estrangeira em solo iemenita agravou a tragédia humanitária e, em contrapartida, a ONU pouco fez para solucionar a instabilidade política, socioeconômica e a crise humanitária no país. Como consequência, o conflito se alastra por seis anos e as atrocidades contra civis continuam a ser cometidas por todos os atores envolvidos.

6. Conclusão

De acordo com os fatos expostos e analisados, nota-se que a crise na qual o Iêmen está mergulhado parece estar longe do seu fim por diversos fatores. Contribuem para esse cenário: o histórico de conflitos externos e internos na região; sua importância geopolítica; a luta por uma democratização e laicidade do Estado por parte da juventude iemenita iniciada com a Primavera Árabe; a rebelião entre grupos que possuem interesses distintos; a polaridade religiosa; a pouca ação e a demora em conseguir um maior engajamento por parte da comunidade internacional e por parte da ONU; o difícil acesso da ajuda humanitária no Iêmen; e, a principal delas, a proxy war entre Arábia Saudita e Irã.

Esses fatores aliados à pouca divulgação dos veículos de imprensa, incluindo no Brasil, fazem com que a temática da guerra civil no Iêmen seja pouco discutida. Para considerar a importância da região para a economia global basta lembrar as grandes quantidades de barris de petróleo e outros produtos que atravessam o estreito de Bab El-Mandeb. Diante disso, é necessário discutir uma solução para a guerra civil iemenita para que haja uma solução que alivie a população que sofre com a fome e todo o terror de uma guerra. Além das razões humanitárias importantíssimas, vale dizer que qualquer desdobramento no Iêmen pode impactar de alguma forma a economia mundial. A sua posição estratégica é fundamental para a região e para as rotas marítimas, já que o estreito de Bab El-Mandeb liga o Oceano Índico ao Canal de Suez. Logo, a demora na solução deste conflito resulta, e pode resultar ainda mais, em perdas de milhões de dólares, novos conflitos e instabilidades políticas e diplomáticas.

Assim, torna-se claro que a Primavera Árabe foi o evento que iniciou toda a movimentação atual do conflito iemenita, pois rompeu com antigos paradigmas do mundo árabe-sunita. Isto pode corroborar com a hipótese de que o desgaste do autoritarismo árabe e, no caso do Iêmen, a modernização no ensino educacional iemenita e a globalização foram responsáveis pela guerra civil. A deterioração dos regimes autoritários levou a um duplo movimento no Iêmen: internamente houve uma reação da

população iemenita, que passou a pressionar o governo ditatorial de Saleh e, posteriormente, o governo Hadi, mas abriu espaço para que os Houthis pudessem ganhar força e tomar o poder. Na esfera externa, houve um esforço de manipulação das forças sociais para a mudança de regime, tendo o Irã como principal interessado e aliado na causa.

Internamente, a existência de movimentos da oposição e a presença estrangeira fragilizaram a legitimidade do governo do presidente Ali Abdullah Saleh, que caiu após os protestos da Primavera Árabe e foi sucedido por Abdu Rabbu Mansour Hadi. Entretanto, Hadi enfrentou sérios problemas para governar o território, dada a manutenção da fragmentação da sociedade e das Forças Armadas em razão da guerra civil que se iniciou em 2015. Hadi foi deposto após o grupo Houthi invadir e tomar a capital Saná. Meia década desde a eclosão das manifestações populares no Iêmen, pode-se dizer que o saldo é negativo, já que os processos de transição democrática são ainda uma incógnita. Os Houthis e aqueles que defendem a volta de Hadi travam uma batalha pelo poder no Iêmen, grupos separatistas ao sul do país e a Al-Qaeda na Península Arábica ainda tumultuam ainda mais o turbulento pequeno país ao sul do Golfo Pérsico.

Os protestos sociais que se iniciaram com a Primavera Árabe pouco mudaram a situação vivida no Iêmen, já que permanecem intactas as estruturas de repressão no país. O Iêmen passa por uma significativa escalada de violência e está mergulhado em uma guerra civil que segue destruindo as estruturas estatais, sociais, econômicas e humanitárias, além de sofrer um duro golpe à sua soberania nacional com a intervenção da coalizão árabe, liderada pela Árabia Saudita.

Mesmo que a Primavera Árabe desempenhe um papel de rompimento dos paradigmas e possa ser considerada o marco inicial da guerra civil, a própria formação do Iêmen como Estado explica o contexto da disputa, a deflagração da guerra civil e a sua continuidade. O território iemenita foi ocupado tanto pelo império britânico como otomano ao decorrer da história, onde se estabeleceram entrepostos coloniais. A divisão

não levou em consideração as divisões regionais, religiosas e tribais já existentes no território. O norte tornou-se independente antes do sul, em virtude do desmembramento do Império Otomano. Xiitas e sunitas passaram a ser governados por imãs xiitas zaiditas após a independência do norte. No sul, os povos ainda dominados pelos britânicos lançaram sua revolução um ano após a revolução do norte, conquistando sua independência em 1967. Ambas as revoluções contaram com apoio externo, tanto de países vizinhos quanto de grandes potências mundiais, como a URSS no Iêmen do Sul. As relações entre o norte e o sul do Iêmen oscilaram entre tensões e tentativas de unificação, nas quais sempre esbarraram nos diferentes regimes estabelecidos em cada uma das partes e pelo tribalismo com que cada Estado precisava lidar internamente em busca de legitimar seus próprios governos. Com a unificação em 1990, as divisões regionais, religiosas e políticas seguiram impedindo que a população fosse integrada em uma única sociedade nacional, e o Estado unificado seguia não representando um interesse popular universal. Todo esse contexto histórico ajuda a entender o que cerca a guerra civil no país mais pobre do mundo árabe.

Além do histórico iemenita, há também a própria histórica rivalidade entre Irã e a Arábia Saudita, que se projetam como potências regionais no Oriente Médio, visam superintender o cenário regional e ter predominância política e ideológica sobre os demais países do Golfo Pérsico, o que contribui para a continuidade da guerra civil. O Iêmen se tornou o palco perfeito para mais uma disputa entre as duas potências a fim de reafirmar sua influência. Os dois países possuem duas percepções de ordem regional e uma forma de sistema político bastante divergente. Riad se projeta como uma monarquia estável, com a missão de proteger o Islã e de auxiliar regimes conservadores, e que resguarda sua aliança com o Ocidente. Os sauditas apoiam a retomada de Hadi ao poder no Iêmen buscando manter a ordem no Golfo. Já Teerã apresenta a imagem de uma república islâmica revolucionária, defensor das revoluções que visam destituir regimes não representativos, principalmente se são associados aos interesses de potências extrarregionais, e vê o Iêmen como mais um país a ficar sob sua influência. Esses dois modelos antagônicos de liderança fazem parte das identidades de Irã e Arábia Saudita e,

por isso, acabam por influenciar suas ações no Iêmen, tornando o pequeno país ao sul do Oriente Médio uma pauta importante nas agendas internacionais de Teerã e a Riad.

Com Riad buscando a manutenção da estabilidade e Teerã visando ampliar sua influência e liderança na comunidade islâmica, o Iêmen se tornou palco de atrocidades e crimes humanitários. E juntamente com os já citados aspectos que contribuem para a situação iemenita, se desenvolveu desde 2015 a maior crise humanitária do mundo atualmente.

Porém, a comunidade internacional como um todo não está devidamente engajada em frear e acabar por completo com essa catástrofe a nível global. A ONU pouco consegue progredir em medidas que possam aliviar a crise humanitária no Iêmen. São cerca de 14 milhões de pessoas a precisar de ajuda humanitária urgente, em um país onde a água potável e os alimentos escasseiam a cada dia. O Iêmen não pode continuar a ser uma “guerra esquecida”, não pode continuar a ser a guerra que pouco se fala, uma guerra que pouco importa. A ONU e a comunidade internacional devem priorizar e encabeçar o Iêmen na lista de prioridades.

Neste sentido deve-se exigir que sejam cumpridos os acordos alcançados em Estocolmo, tais como: o cessar-fogo no porto de Hodeida, a troca de prisioneiros entre os dois lados, acordos que foram cumpridos por pouco tempo ou sequer cumpridos. Os atores desta guerra e as potências regionais devem ser intimadas a mais reuniões por parte da ONU e da comunidade internacional até que medidas consensuais sejam tomadas. A principal delas deve ser o fim dos constantes bombardeios no Iêmen que não distinguem alvos militares de civis. As Nações Unidas e toda comunidade internacional devem também coagir toda violação contra os direitos humanos, punindo de maneira rigorosa o autor de tais crimes. O fim dos bombardeios e dos crimes humanitários trará uma maior segurança para que os agentes da ajuda humanitária possam trabalhar dentro do Iêmen e auxiliar melhor a população iemenita que sofre com a falta dos mais simples suprimentos básicos como: comida, água, roupas, assistência médica, medicamentos e um lar.

Entretanto, não existem sinais de que isso venha a acontecer tão brevemente, o que se torna um desafio para a ONU e a comunidade internacional. A paz no Iêmen tem que ser objetivo com o qual todos devem estar de acordo e devem contribuir, incluindo Arábia Saudita e Irã. Tendo a paz alcançada, será necessário reconstruir o país. Para isso, terá de ser encontrada uma solução consensual entre o antigo governo de Hadi, os Houthis, os movimentos separatistas do sul e a AQAP. Deve-se também levar em conta os milhões de jovens e de crianças que veem o seu futuro ameaçado pela guerra e pela destruição. Toda guerra traz sequelas, traumas e feridas em uma civilização. Mais do que a reconstrução do país, será necessário que a comunidade internacional ajude e apoie esses jovens a se reerguer e construir um novo futuro para eles e para o Iêmen. Não existem “guerras esquecidas”. Aliás, não podem existir. O que vemos no Iêmen é a prova de que quando a mediação não funciona e a negociação não é sólida os compromissos não se cumprem, restando apenas destruição, calamidade, horror e catástrofe.

7. Referências Bibliográficas

AL BATATI, Saeed. **Who are the Houthis in Yemen?** Al Jazeera. 2015. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2015/3/29/who-are-the-houthis-in-yemen>>. Acesso em: 2 ago. 2021.

AL DOSARI, Abdullah; GEORGE, Mary. “Yemen War: An Overview of the Armed Conflict and Role of Belligerents”. **Journal of Politics and Law**, v. 13, n. 1, 2020.

AL-RASHED, Bader. **Saudi elites divide don Yemen war**. Al Monitor. 2015. Disponível em: <<https://www.al-monitor.com/originals/2015/04/saudi-arabia-elite-yemen-operation-decisive-storm.html>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

AL-RASHEED, Madawi. “Sectarianism as counter-revolution: Saudi responses to the Arab Spring”. **Studies in Ethnicity and Nationalism**, v. 11, n. 3, 2011.

AL-RASHEED, Madawi. **A history of Saudi Arabia**. Cambridge University Press, 2010.

AL-RASHEED, Madawi. **A most masculine state: Gender, politics and religion in Saudi Arabia**. Cambridge University Press, 2013.

ALTORAIIFI, Adel. **Understanding the role of state identity in foreign policy decisionmaking: the rise and demise of Saudi-Iranian rapprochement (1997-2009)**. Londres: London School of Economics, 2012.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. “O pensamento geográfico no Kitab de Idrisi e na Rihla de Battuta: uma reflexão epistemológica comparativa”. **Revista Geografia, Literatura e Arte**, v. 1, n. 1, 2018.

ARÁBIA Saudita declara cessar-fogo com Iêmen por causa pandemia de coronavírus. CNN **Brasil**. Disponível em:

<cnnbrasil.com.br/internacional/arabia-saudita-declara-cessar-fogo-com-iemen-por-causa-pandemia-de-coronavirus/>. Acesso em: 21 set. 2021.

AYOOB, Mohammed; KOSEBALABAN, Hasan. **Religion and politics in Saudi Arabia**: Wahhabism and the state. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2009.

BASHIR, Abdulaziz; WRIGHT, Stephen. "Saudi Arabia: foreign policy after the Gulf War". **Middle East Policy**, v. 1, n. 1, 1992.

BBC NEWS MUNDO. **Por que há uma guerra no Iêmen e qual é o papel das potências internacionais**. 2018. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/internacional-46322964>. Acesso em: 7 out. 2021.

BONACINA, Amabilly; ALVES, João Paulo; TESSUTO, Sérgio Minuzzi. "A crise no Oriente Médio e a primavera árabe". **Um Mundo em Crise**, v. 4, 2017.

BURLLOT, Joseph. **A Civilização Islâmica**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1992.

CARVALHAES, Heloah Pereira. **A Disputa pela Hegemonia do Golfo Pérsico/Arábico: o " Crescente Xiita" versus o" Momento do Golfo"**. Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito e Relações Internacionais, Goiânia, 2021.

CERIOLI, Luíza Gimenez. **A rivalidade entre Irã e Arábia Saudita através da Teoria dos Papéis após a Primavera Árabe**: os casos do Bahrain e do Iêmen. 2016. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília. Instituto de Relações Internacionais, Brasília, 2016.

CHAGMOLLAUD, Jean-Paul; SOUIAH, Sid-Ahmed. **Les Frontières au Moyen-Orient**. Paris: L'Harmattan, 2004.

CHEREM, Helena Miranda et al. **A Guerra-Fria Do Oriente Médio**: Irã e Arábia Saudita na Balança de Poder Regional no Oriente Médio após a Primavera Árabe.

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Economia e Relações Internacionais, Florianópolis, 2019.

DALACOURA, Katerina. “As revoltas de 2011 no Oriente Médio árabe: mudança política e implicações geopolíticas”. **Assuntos Internacionais**, v. 88, n. 1, 2012.

DAY, Stephen. **Regionalism and rebellion in Yemen: a troubled national union**. New York: Cambridge University Press, 2012.

DE ALMEIDA, Fernando Henrique Bomfim. SUBRAHMANYAM, S. “The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: a political and economic history”. Chichester: Wiley Blackwell, 2016. **Revista Multiface Online**, v. 5, n. 2, 2017.

DRESCH, Paul. **Tribes, Government, and History in Yemen**. Oxford: Clarendon Press, 1989.

EHTESHAMI, Anoushiravan; HINNEBUSCH, Raymond. **Syria and Iran: Middle powers in a penetrated regional system**. Londres: Routledge, 1997.

ELLWANGER, Aléxia da Silva. **Uma análise sobre a guerra civil no Iêmen**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Graduação em Relações Internacionais) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2020.

ETHEREDGE, Laura. **Saudi Arabia and Yemen**. New York: Britannica Educational Publishing, 2011.

FINLAN, Alastair. **The Gulf War 1991**. Oxford: Osprey Pub, 2003.

FRANCO, Raquel Trabazo Carballal. **O redimensionamento da Arábia Saudita como centro de poder no Oriente Médio e seus reflexos nas relações com o Irã**. Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília. Instituto de Relações Internacionais, Brasília, 2012.

FÜRTIG, H. **Rivalidade do Irã com a Arábia Saudita entre as Guerras do Golfo**. Reino Unido: Garner Publishing Limited, 2002.

GLOBO. **Revolução Islâmica**: o retorno do aiatolá Khomeini ao Irã, em 1979, instaura a Revolução Islâmica no país. Memória Globo. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/revolucao-islamica/>>. Acesso em: 2 set. 2021.

GRUMET, Tali Rachel. **New Middle East Cold War**: Saudi Arabia and Iran's Rivalry. University of Denver. 2015. Disponível em: <<https://digitalcommons.du.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2027&context=etd>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

GUÉHENNO, Jean-Marie. **10 wars to watch in 2015**. Foreign Policy. 2015. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2015/01/02/10-wars-to-watch-in-2015/>>. Acesso em: 21 junho 2021.

GUILHERME, João Paulo Limongi França et al. "Analysis of sports-relevant polymorphisms in a large Brazilian cohort of top-level athletes". **Annals of Human Genetics**, v. 82, n. 5, 2018.

HAJJ disaster death toll over two thousand. **Al Jazeera**, 18 out. 2015. Disponível em: <<http://america.aljazeera.com/articles/2015/10/19/hajj-disaster-death-toll-over-two-thousand.html>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

HALLIDAY, Fred. **Revolution and Foreign Policy**: The Case of South Yemen (1967-1987). Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HERNÁNDEZ-MARTÍNEZ, David. “Guerra Proxy entre Irán y Arabia Saudí. Principales focos de conflicto en Oriente Próximo”. **URVIO**, Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad, n. 31, 2021.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o novo século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

INSIGHT ARÁBIA. **Arábia Saudita e Irã: a principal rivalidade do Oriente Médio**. Insight Geopolítico. Disponível em: <<http://www.insightgeopolitico.com/arabia-saudita-e-ira-a-principal-rivalidade-do-orient-e-medio/>>. Acesso em: 22 ago de 2021.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Saving Stockholm Agreement and Averting Regional Conflagration Yemen**. Brussels: ICG, 2019.

JOFFÉ, George. A Primavera Árabe no Norte da África: origens e perspectivas do futuro. **Relações Internacionais**, n. 30, jun. 2011.

JOYCE, Miriam. **Bahrain from the twentieth century to the Arab Spring**. Nova Iorque: Palgrave and Macmillan, 2011.

Juneau, Thomas. “Iran’s Policy Towards the Houthis in Yemen: A limited return on a modest investment”. **International Affairs**, v. 92, n. 3, 2016.

KHALED, Monia. **Iêmen: “Viver se tornou muito mais difícil”**. Médicos Sem Fronteiras. 2017. Disponível em: <[LIMÃO, José Pedro Coelho Monteiro. **O significado do Iêmen no Grande Médio Oriente**. Dissertação de Mestrado \(Mestrado em Ciência Política e Relações](https://www.msf.org.br/noticias/iemen-viver-se-tornou-muito-mais-dificil#:~:text=Como%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20m%C3%A9dica%20e%20humanit%C3%A1ria%2C%20M%C3%A9dicos%20Sem%20Fronteiras,pa%C3%ADs%20devido%20%C3%A0%20viol%C3%Aancia%20recente%2C%20MSF%20permaneceu%20aqui.>. Acesso em: 28 set. 2021.</p></div><div data-bbox=)

Internacionais: Segurança e Defesa) – Universidade Católica Portuguesa. Instituto de Estudos Políticos, Lisboa, 2019.

MABON, Simon. “The Battle for Bahrain: Iranian-Saudi Rivalry”. **Middle East Policy**, v.9, n. 2, 2012.

MACHRY, Patrícia. **Afeganistão e Iêmen**: Condicionantes e Características da Crise dos Estados. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016

MARQUES, Francisco Soromenho. **As tensões Intra-Islâmicas**: a oposição entre Sunitas e Xiitas no contexto geopolítico do Médio Oriente. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa) – Universidade Católica Portuguesa. Instituto de Estudos Políticos, Lisboa, 2015.

MARTINS, Ana Carolina Seixas. **O vizinho malquisto**: a ideia de Crescente xiita como forma de contenção do Irã na sua busca pela liderança no Golfo. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MAY, Darwich. **Ameaças e alianças no Oriente Médio**: políticas sauditas e sírias em uma região turbulenta. Cambridge University Press, 2019.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. **Iêmen**: Comitê Internacional da Cruz Vermelha e Médicos Sem Fronteiras estão alarmados com ataques às vias de acesso vitais ao país. 2015. Disponível em: <www.msf.org.br/noticias/iemen-comite-internacional-da-cruz-vermelha-e-medicos-sem-fronteiras-estao-alarmados-com>. Acesso em: 1 out. 2021.

MELO, CC Anderson Diogo. **Plano de Campanha Contra a Pirataria no Golfo de Áden**: desafios e limitações. Dissertação. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2020.

MILANI, Monsen. **Iran's game in Yemen**. Foreign Affairs. 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2015-04-19/irans-game-yemen>>. Acesso em: 7 mai. 2015.

NONNEMAN, Gerd. “Determinants and patterns of Saudi foreign policy: ‘omnibalancing’ and ‘relative autonomy’ in multiple environments”. In: NONNEMAN, Gerd; AARTS, Paul (Eds.). **Saudi Arabia in the balance**: political economy, society, foreign affairs. Londres: Hurst & Co, 2005.

NUNES, André Figueiredo. **Segurança Energética: OPAEP e a Geopolítica do Petróleo no século XXI**. Tese. (Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

NUNES, André Figueiredo; VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. “Os Estreitos no Oriente Médio e a Segurança Energética”. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 33, n. 68, 2018.

OCHA. **Global Humanitarian Overview**. 2021. Disponível em: <<https://2021.gho.unocha.org/>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

RAMAZANI, R. K. “Iran's Foreign Policy: Independence, Freedom and the Islamic Republic”. IN: EHTESHAMI, Anoushiravan; ZWEIRI, Mahjoob (Eds.). **Iran's Foreign Policy**: from Khatami to Ahmadinejad. Londres: Ithaca Press, 2008.

REBELDES xiitas anunciam tomada do poder no Iêmen. **Veja**. 6 fev. 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/rebeldes-xiitas-anunciam-tomada-do-poder-no-iemen/>>. Acesso em: 9 set. 2021.

RIBEIRO, Sarah Helena Ballin. **A Atuação de Organizações Internacionais Não Governamentais em Locais de Conflito**: a Cruz Vermelha e os Médicos Sem Fronteiras na guerra do Iêmen. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Graduação

em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito e Relações Internacionais, Goiânia, 2020.

RIPE. “Relações Internacionais para Educadores”. **Um Mundo em Crise**, v. 4, 2017.

ROCHE, Alexandre. “Tensões da Primavera do mundo árabe-sunita: entre o wahabismo conservador e o espírito crítico, entre a política do petróleo e a independência econômica”. **Ciências & Letras**, n. 51, 2012.

SALISBURY, Peter. **Yemen and the Saudi-Iranian ‘Cold War’**. Middle East and North Africa Programme, Chatham House, The Royal Institute of International Affairs, 2015.

SAUDI Arabia’s ambassador rejects Iran’s call for cease-fire in Yemen. **Los Angeles Times**. 2015. Disponível em: <<https://www.latimes.com/world/middleeast/la-fg-saudi-yemen-20150415-story.html>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

SCHIOCCHET, Leonardo. “O Extremo Oriente Médio, Admirável Mundo Novo: a construção do Oriente Médio e a Primavera Árabe”. **Revista Tempo do Mundo**, v. 3, n. 2, 2011.

SPOHR, Alexandre Piffero. “Arábia Saudita: Sucessão Real e Intervenção no Iêmen”. **Conjuntura Austral**, v.6, n. 29, abr./mai. 2015.

SWANSON, Jon C., The Two Yemens". **Middle East Report**, n. 130, February, 1985.

TAKEYH, Ray. **Guardians of the Revolution: Iran and the World in the Age of the Ayatollahs**. Nova Iorque: Oxford University Press, Nova York, 2009.

TILLY, Charles. "La guerre et la construction de l'Etat en tant que crime organisé". **Politix**, v. 13, n. 49, 2000.

TILLY, Charles. **Democracy**. New York: Cambridge University Press, 2007.

U.S. Expands Intelligence Sharing With Saudis In Yemen operation. **Reuters**. 2015. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-usa-saudi-yemen-exclusive-idUSKBN0N129W20150410>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

UM ano depois de acordo no Iêmen, enviado da ONU vê sinais de mudança para a paz. **ONU News**. 2019. Disponível em: <news.un.org/pt/story/2019/12/1697861>. Acesso em: 13 set. 2021.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Primavera Árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

WYNBRANDT, James. **A Brief History of Saudi Arabia**. New York: Facts on File. 2004.

ZIMMERMAN, Katherine. **Yemen's pivotal moment**. Critical Threats Project: American Enterprise Institute, 2014. Disponível em: <<https://www.criticalthreats.org/analysis/yemens-pivotal-moment>>. Acesso em: 30 jul. 2021.